

## **II. Deliberações**

### **Câmara Municipal**

- 1. Aprovação das atas n.º 63 e nº65 das reuniões ordinárias da Câmara Municipal de 26 de junho e 22 de julho de 2024, respetivamente.**

**XIII MANDATO**

**ATA N.º 63/2024**

**Reunião Ordinária Pública de 26 de junho de 2024**

Ao vigésimo sexto dia do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, pelas dezoito horas, no Auditório da Junta de Freguesia de Palmeira, sito na Rua Belo Horizonte, nº 20, 4700-683 – Palmeira/Braga, realizou-se a reunião ordinária pública do Executivo Municipal, na qual compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Presidente da Câmara – Ricardo Bruno Antunes Machado Rio** (Coligação Juntos por Braga) e os **Vereadores, Altino Bernardo Lemos Bessa** (Coligação Juntos por Braga), **Carla Maria Ferreira Sepúlveda** (Coligação Juntos por Braga), **João Vasconcelos Barros Rodrigues** (Coligação Juntos por Braga), **Maria do Sameiro Macedo Araújo** (Coligação Juntos por Braga), **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** (Coligação Juntos por Braga), **Diogo Rocha Cunha** (PS), **Artur Jorge Oliveira Feio** (PS), **Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa** (PS), **Sílvia Cristina Conduto de Sousa** (PS) e **Vítor Manuel Jorge Rodrigues** (CDU). -----

Secretariou: Anabela Vieira Ferreira, da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. Pelas dezoito horas, verificada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- Pelo **Presidente da Câmara** foi dada a abertura ao período de antes da ordem do dia. -----

----- Iniciou o **Vereador do PS, Diogo Rocha Cunha**, com o assunto da requalificação do Estádio Primeiro de Maio, lembrando que próximo mês de maio celebraria setenta e cinco anos e relembrou ter sido uma “promessa eleitoral” do atual presidente da câmara. Lembrou que em 2018 o Sr. Presidente da Câmara teria dito que a “obra estaria para breve”, com um investimento de cinco milhões de euros, onde afirmou que esse valor foi subindo para sete e oito milhões, chegando em dois mil e vinte três aos dez milhões euros. Afirmou também, saberem que a alienação do Estádio Municipal poderia ser utilizada pra essa requalificação, mas indicou não “ver” perspetivas para essa alienação do Estádio Municipal, questionado se havia “algo passível para se poder requalificar o Estádio Primeiro de Maio”. Lembrou ainda, tratar-se de um monumento de interesse público e que em dois mil e vinte e um, teria sido admitido pelos deputados do PSD (Partido Social Democrata), que a obra poderia ser apoiada financeiramente pelo Ministério da Cultura. Assim, questionou o executivo se “a promessa de requalificação do estádio era para cumprir e, se sim, quando”. Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara**, afirmou que a requalificação estrutural e todas as melhorias que pretendiam criar no interior do estádio primeiro de maio,

custariam mais de quinze milhões de euros, daí a ligação ao processo de alienação do Estádio Municipal, referindo que o município não teria recursos próprios para um investimento dessa natureza. Afirmou que, além do orçamento da câmara “sem uma injeção de receita externa” ou “financiamento comunitário”, a obra não poderia avançar, pois não teria recursos próprios para suportar um encargo exclusivo dessa natureza. Em resposta ao aumento de valores para requalificação, referiu que estes iriam sendo atualizados em função dos estudos desenvolvidos pela Universidade do Minho. Relativamente à questão feita pelo Vereador Diogo Cunha, sobre o apoio por parte do Ministério da Cultura, o Presidente da Câmara afirmou não poder responder pelo Governo indicando que o executivo de Luís Montenegro estava a gerir um Orçamento que não tinha elaborado, mas admitiu que o Ministério da Cultura poderá apoiar a obra, se tiver disponibilidade financeira. De seguida, tomou a palavra o **Vereador do PS, Ricardo Sousa**, para reconhecer que se muitas vezes estavam presentes para dar voz aos cidadãos nas suas necessidades, mas sobre este tema queria dar as saudações ao executivo, pela reconstrução da escola de EB1 de Nogueira e pela qualidade dada agora os alunos que iria marcar a diferença. Afirmou, terem ficado “extremamente satisfeitos” com o resultado. Tomou a palavra a **Vereadora do PS, Sílvia Sousa**, que questionou o executivo relativamente à Rua General Humberto Delgado, na Freguesia de Tadim, onde teria sido feita uma intervenção em termos de repavimentação, indicando existir um problema estrutural relativamente ao saneamento (transbordar dos esgotos), que não teria sido acautelado nessa intervenção. Afirmou que, a informação dada aos moradores teria sido que não estava prevista qualquer intervenção, questionando assim, se existe a intenção de alguma intervenção e, sim o quê e para quando. Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara**, à questão da Rua General Humberto Delgado, afirmou haver uma clarificação necessária a ser feita pois os moradores estariam induzidos em erro, indicando que o problema não estaria no local onde teria sido feita a pavimentação, referindo que a evidência externa da patologia seria nesse local, mas o problema estaria ligado a uma situação de águas pluviais. Indicou que, essa era a situação que deveria ser intervencionada e em nada interferia com a pavimentação feita na rua. Afirmou também, ser uma situação sinalizada recentemente, indicando estar a ser já estudada pelos serviços municipais, para uma melhor resolução. Tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, que referiu, trazer um conjunto de questões que já viriam de reuniões anteriores. Iniciou com um tema já referido na reunião anterior, o “dito relatório”, referindo saber que ainda aguardava que a APA “diga de sua justiça”. Indicou de seguida, ter uma questão pendente da última reunião relativamente à escola da Sé, onde teria questionado a data prevista para o término das obras e teria ficado por responder na intervenção feita pela Vereadora da Educação, Carla Sepúlveda, em resposta “a pais” que intervieram na reunião de câmara. Questionou, se as obras iriam passar para o início do ano letivo e caso assim fosse, alertou que medidas fossem tomadas antes que ano iniciasse. De seguida, indicou que foi com “alguma perplexidade” que teria percebido, a realização de dois festivais musicais muito semelhantes no mesmo fim de semana, questionando se essa situação não poderia ter sido acautelada, para quem pretendesse assistir, não tivesse de escolher. Por fim, sinalizou uma notícia, uma nota imprensa dada pelo PCP (Partido Comunista Português) à comunicação social, relacionado com a inclusão de um projeto de resolução do PS relativamente ao Plano Ferroviário Nacional, uma proposta para a

realização de um estudo para o percurso Braga -Guimarães de comboio. Indicou, que a CDU teria razão quando apontou que na elaboração do Plano Ferroviário Nacional, não teria havido consideração de nenhum estudo sobre a viabilidade desse percurso, sendo no momento reconhecido pelo Partido Socialista. Indicou, haver também uma responsabilidade de todos os responsáveis políticos que na prática não tivessem feito nada para a resolução. Afirmou, ser uma infraestrutura que consideravam absolutamente necessária fazendo todo o sentido ser integrada no Plano Ferroviário Nacional como linha férrea. Referiu, estarem a aguardar por uma solução que não fosse “tão longa como a decisão do aeroporto de Lisboa”. Tomou a palavra o **Sr. Presidente da Câmara**, que em resposta ao **Vereador da CDU, Vitor Rodrigues**, na questão colocada sobre as obras da escola da Sé, afirmou que os prazos seriam os que teriam sido indicados e que as obras seriam concluídas no prazo anunciado, até ao final das férias de verão. O início do ano letivo seria retomado dentro da normalidade. Relativamente à sobreposição dos eventos culturais, referiu que não era uma gestão fácil devido aos vários eventos programados para o verão de diferente natureza, indicando que os agendamentos não dependiam do próprio festival, mas também de outros festivais, afirmando não ser “propriamente fácil conciliar todas essas agendas”, acabando por ser aquele o fim de semana alocado ao festival Noroeste, referindo que Braga teria público para todos os eventos apenas teriam de ser feitas escolhas. Pediu a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, para responder ao Vereador da CDU Vitor Rodrigues, relativamente ao “estudo” que o PS teria colocado em cima da mesa. Afirmou que, o PS no caderno de encargos e no processo do compromisso eleitoral assumido com os bracarenses em dois mil e vinte e um, referiu a realização de um estudo e de projetar para uma ligação ferroviária precisamente entre Braga-Guimarães. Afirmou que, “foi algo” que a CDU também teria defendido sempre, considerando justo reconhecer que o Partido Socialista também teria esse objetivo de implementar um estudo que permitisse viabilizar essa medida. Tomou a palavra o **Sr. Presidente da Câmara**, para dar uma nota relativamente ao tema da ferrovia, onde referiu que estariam a ser reivindicada a “autoria” da proposta e que no seu entender esta seria “absolutamente extemporânea e desajustada com as necessidades imediatas”. Afirmou que, tudo que fosse desviar do foco do que era verdadeiramente prioritário para Braga como a construção da nova estação e da ligação Porto- Vigo, era criar “fatores de ruído” em relação ao que era verdadeiramente importante para o posicionamento estratégico na região e país.-----

**Pelo Presidente da Câmara, Ricardo Rio, foram propostos o seguinte voto de louvor-----**

**-----Voto de Louvor à equipa feminina de Futsal Sub-17 do Sporting Clube de Braga pela conquista da Taça Nacional, em Futsal, no passado dia 24 de junho. Aprovado por unanimidade. -----Voto de Louvor ao atleta Bracarense, Tiago Leite que se sagrou Campeão de Solo Dance (Patinagem), na categoria Iniciados, no campeonato Nacional de Dança 100 anos FPP, em Alverca. Aprovado por unanimidade. -----**

----- **Voto de Louvor** à atleta do **Sporting Clube de Braga, Mariana Maciel**, que conquistou o título de campeã Nacional de Iniciados, na prova de 800m, realizada em Viseu, a 15 de junho. **Aprovado por unanimidade.** -----

-----**Voto de Louvor** ao atleta, **José Abílio Gonçalves, acompanhado por Paulo Correia**, que se sagrou Campeão Nacional Absoluto, em classe BC3, pela terceira vez consecutiva, em prova realizada no palácio dos Desportos de Torres Novas. **Aprovado por unanimidade.** -----

-----**Voto de Louvor** à equipa de **Futebol de Praia do Sporting Clube de Braga**, que se sagrou Campeão Europeu de Clubes, da Euro Winners Cup 2024, em jogo realizado no Estádio do Viveiro – Jordan Santos, Nazaré. **Aprovado por unanimidade.** -----

-----**Voto de Saudação à Associação de Festas de S. João**, pela forma como foi organizada mais uma edição, quer ao nível de programação, animação e todas as componentes e intervenientes. **Aprovado por unanimidade.** -----

#### ----- **ORDEM DO DIA** -----

----- Pelo **Presidente da Câmara** foi dada a abertura ao período da ordem do dia. -----

Para **conhecimento e informação**, foi presente o **resumo da tesouraria, referente ao dia 19 de junho de 2024**, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

#### ----- **DELIBERAÇÕES** -----

1. **Aprovação das atas n.º 61 da reunião ordinária de 27 de maio de 2024. Deliberado aprovar por unanimidade.**-----

2. **Desafetação do domínio público – duas parcelas de terreno na União de Freguesias de Nogueiró e Tenões.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, com vista à consideração da Assembleia Municipal, a desafetação do domínio público municipal de duas parcelas de terreno com a área de 275,00m2 e 28m2, sita junto à Rua da Eira, União de Freguesias de Nogueiró e Tenões, para posterior alienação ao requerente com vista ao aumento dos lotes 76 e 77, nos termos do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, na sua redação atual. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo”. O Vereador, Vítor Rodrigues da CDU, indicou que faria chegar uma declaração de voto. Posteriormente, a CDU fez chegar a seguinte declaração de voto: “*Declaração de voto:* Declarações de voto da CDU na Sessão Ordinária de 26-06-2024 da Câmara Municipal de Braga. *Ponto 2.*

*Desafetação do domínio público – duas parcelas de terreno na União de Freguesias de Nogueiró e Tenões. Sob os mais diversos pretextos, a Câmara Municipal de Braga tem aprovado desafetações de pequenas parcelas e prédios urbanos do domínio público municipal em favor de entidades privadas. Não obstante a pertinência que algumas dessas desafetações possam ter em termos de possibilitar um mais adequado usufruto de tais parcelas, o que tem sido uma constante é tais desafetações incidirem sobre áreas de espaços verdes, que assim o deixarão de ser, sem que exista a devida compensação alhures. Tal leva a uma erosão das áreas de espaços verdes no concelho, o que, atendendo à manifesta falta de espaços verdes qualificados e usufruíveis pelas suas populações, merece a oposição da CDU. Por estes motivos, e como temos feito em várias deliberações sobre tais propostas, a CDU votou contra. O Vereador da CDU, Vítor Rodrigues”. Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, dos Vereadores do PS, Diogo Rocha Cunha, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e voto contra do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues. Remeter à Assembleia Municipal aprovação-----*

---

**3. Desafetação do domínio público municipal do prédio urbano designado de Capela de São João Batista.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se à ratificação do Executivo Municipal, a proposta constante no ponto 3º da informação de abertura do procedimento CPI/04/24/DCP - Aquisição de serviços de limpeza para as Unidades de Saúde que constituem o Agrupamento de Centros de Saúde de Braga e Centro de Respostas Integradas de Braga, aprovadas pelo Sr. Presidente da Câmara, em 15 de março de 2024 nos termos do disposto no nº 3, do art.º 35 da Lei 75/2013 de 12 de setembro. Tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo”. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, onde indicou que o documento instrutório apresentado, referia que esse espaço seria utilizado pela igreja “à mais de três séculos” não compreendendo assim, o porquê da transferência de uma propriedade do domínio público para o domínio privado, sendo dado como motivo justificativo para essa transferência, o fato de “se poupar dinheiro em manutenções”. Afirmou que, todos os equipamentos públicos, todas as propriedades do domínio público tinham um custo relativo à manutenção, não sendo por isso, no entendimento do Partido Socialista, uma justificação de relevante interesse público, para que fosse permitida a desafetação de um edifício público. Referiu que, no seu entendimento deveria funcionar como tinha funcionado até à data, a propriedade mantinha-se no município e a igreja usufruía da mesma forma que sempre usufruiu. Referiu que, se alguma vez houvesse necessidade de doar, aceitaria um protocolo, uma concessão, mas não necessariamente mudar a nominalidade desse equipamento. Afirmou uma vez mais, não ver nenhum interesse público em desafetar esse espaço para conceder um regime de comodato a cinquenta anos renovável. Propôs por fim, que este ponto fosse retirado da agenda para que fosse repensada a forma de gerir este espaço no futuro com a própria diocese. Reforçou que, não viam interesse público nesta desafetação. Em

resposta, o **Sr. Presidente de Câmara**, esclareceu que a realidade não seria a que ambas as partes acreditavam ser e só após se desencadear o processo jurídico, em que ambas as partes acreditavam que a propriedade da capela pertencia à igreja e a propriedade do parque seria do município. Afirmou, não ter sido necessário defender em tribunal a propriedade do parque da ponte, os juízes tinham decidido nas várias instâncias e como resultado dessas de decisões, os tribunais atribuíram à Câmara Municipal, “para lá do que era a nossa expectativa e intenção”, a própria propriedade da capela. Afirmou que, na câmara ninguém teria a intenção de usar a capela se não para o culto religioso. Referiu também, que a duração do contrato seria por esse motivo, pois a natureza da utilização era uma natureza duradoura. Afirmou que, do ponto de vista jurídico seria perfeitamente normal e do ponto de vista do relacionamento das instituições também. Por fim, e após os esclarecimentos feitos indicou que o ponto não seria retirado da agenda. De seguida, o **Vereador, Vítor Rodrigues da CDU**, indicou que faria chegar uma declaração de voto. Posteriormente, a CDU fez chegar a seguinte declaração de voto: *“Declaração de voto: Declarações de voto da CDU na Sessão Ordinária de 26-06-2024 da Câmara Municipal de Braga: Ponto 3. Desafetação do domínio público municipal do prédio urbano designado de Capela de São João Batista. Na análise da CDU, a proposta em apreço não configura a melhor solução para defender o interesse público e permitir que sejam desenvolvidas as atividades adequadas neste espaço. Por um lado, a desafetação do domínio público para o domínio privado do município implica que o prédio em causa deixe de ser inalienável e imprescritível. Por outro, e uma vez que a desafetação se destina a possibilitar a celebração de contrato de comodato com a Arquidiocese de Braga, a CDU entende que o prazo proposto quanto à vigência, que é de 50 anos, é manifestamente exagerado. Tendo em conta o interesse público, a CDU entende que haveria melhores soluções para manter a utilização do espaço e para os encargos dela decorrentes serem devidamente compensados pelos seus utilizadores, sem necessidade de se realizar a desafetação em apreço. Por estes motivos, a CDU votou contra. Deliberado ratificar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, votos contra dos Vereadores do PS, Artur Jorge Oliveira Feio, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues. Remeter à Assembleia Municipal para aprovação. -----*

4. **Hasta Pública do Lote 7 do Parque Industrial de Sobreposta.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de alienação em Hasta Pública do Lote 7 no Parque Municipal de Sobreposta, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo”. **Deliberado autorizar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, com abstenção dos**



**Vereadores do PS, Artur Jorge Oliveira Feio, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo , Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues -----**

**5. Ratificação hasta pública para a exploração de estruturas de bar de venda de bebidas e espaços de Food Truck no euro 2024.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, ratificar o ato praticado pelo Sr. Presidente de conceder, em Hasta Pública, o direito de exploração de estruturas de bar de venda de bebidas e espaços de Food Truck no EURO 2024, nos termos do disposto no artigo 35.º, n.º 3, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo”. **Deliberado ratificar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira e com as abstenções dos Vereadores do PS, Artur Jorge Oliveira Feio, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo , Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues. -----**

**6. Pedido de autorização efetuado pelo Sporting Clube de Braga-Futebol SAD para a instalação de unidades de produção para autoconsumo de energia de fonte primária a energia renovável (UPACs) nos prédios propriedade deste Município.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal, para aprovação, minuta de declaração de autorização, que se anexa, na sequência do pedido efetuado pelo Sporting Clube de Braga-Futebol SAD para a instalação de unidades de produção para autoconsumo de energia de fonte primária a energia renovável (UPACs) nos prédios propriedade deste Município, nos termos previstos no n.º 1, alínea c) da cláusula 3.ª do Contrato-Programa, e alínea a) da cláusula 6.º da Escritura de Constituição do Direito de Superfície, bem como usar as mesmas, nos termos e condições que vier a contratar, desde que a utilização dos referidos prédios continue a ser efetuada nos termos e para os fins previstos nos contratos celebrados em 9 de novembro de 2004 (contrato programa) e 6 de setembro de 2019 (constituição do direito de superfície), que igualmente se anexam. Mais se refere que a presente autorização é condicionada ao período de vigência dos contratos referidos nos considerandos B) e D) da declaração, e demais condições ali fixadas, caducando automaticamente, sem necessidade de qualquer comunicação prévia para o efeito”. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, dos Vereadores do PS, Artur Jorge Oliveira Feio, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo , Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de**



**Sousa e abstenção do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

**7. CPE.20.21. DMOSM - Requalificação do Centro Cultural Dr. Francisco Sanches - Pedido de prorrogação de prazo.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a ratificação da decisão de aprovação da prorrogação de prazo por 45 dias, tomada pelo Sr. Presidente, em 03/03/2024, da empreitada identificada em epígrafe. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo.”  
**Deliberado ratificar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, abstenções dos Vereadores do PS, Artur Jorge Oliveira Feio, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

**8. CPE.16.22. DMOSM\_ “EU JÁ PASSO AQUI – Requalificação da Av. da Liberdade”: Resposta ao pedido de reposição do equilíbrio financeiro.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, da empreitada identificada em epígrafe, a aprovação da indemnização pela prorrogação de prazo de 15 dias, relativa à manutenção do estaleiro e de todos os trabalhos considerados acessórios à execução dos trabalhos, no valor de 14.181,00€ + IVA, com vista à reposição do equilíbrio financeiro do contrato, nos termos do artigo 354º do CCP, de acordo com a análise constante da informação técnica do gestor do contrato, que se anexa e faz parte integrante desta proposta”. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, abstenção dos Vereadores do PS, Artur Jorge Oliveira Feio, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

**9. Protocolo de colaboração entre o Regimento de Cavalaria nº 6 e a Câmara Municipal de Braga, para a vigilância dos espaços florestais de Pedralva, Sobreposta, UF de Este, Bom Jesus do Monte, Sameiro, Falperra, Santa Marta das Cortiças e Morreira - 2024.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a ratificação da celebração do Protocolo identificado em epígrafe, nos termos do previsto na alínea j) do artigo 23.º e da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, de acordo com a possibilidade prevista no n.º 3 do artigo 35º da referida Lei e artigo 164º do Código de Procedimento Administrativo. Tudo de acordo com os documentos

constantes no processo.” **Deliberado ratificar por unanimidade** -----

**10. Protocolo de Cooperação a celebrar com a Associação Empresarial de Braga no âmbito dos apoios socioeducativos para criação do programa “Voucher- Educação para os alunos do 1º ciclo do Ensino Básico, da rede pública, do concelho de Braga”.** “Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, e ao abrigo do disposto nas alíneas d) e h) do n.º 2 do artigo 23.º, alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea h) do n.º 1 do artigo 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as seguintes propostas: **a)** Aprovação da manutenção do programa “Voucher-Educação” e das respetivas regras de funcionamento, constante da minuta de Protocolo de Cooperação; **b)** Aprovação/alocação ao mencionado programa da dotação de 230.000,00€ (duzentos e trinta mil euros), para o ano letivo de 2024/2025. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo”. **Deliberado aprovar por unanimidade** -----

**11. Proposta de adesão à Rede Europeia SITMUN.** “Submete-se à consideração do Executivo Municipal a proposta de autorização para a execução dos trabalhos complementares, no valor global de 42.031,85€ + IVA, que incluem a decisão sobre os Erros & Omissões do projeto, supressão de trabalhos no valor de 2.139,85€ + IVA e aprovação da prorrogação de prazo por 30 dias e da minuta do aditamento ao contrato. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo”. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, abstenção dos Vereadores do PS, Diogo Rocha Cunha, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.**-----

**12. Contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo.** Presente a seguinte proposta: “Submetem-se à consideração do Executivo Municipal, nos termos enunciados no artigo 23º, nº 1 e 2, alínea f) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação dos seguintes contratos-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com o Município de Braga 2023/2024: **a)** Associação de Atletismo de Braga; **b)** Merelinense Futebol Clube”. Tudo de acordo com os documentos constantes nos processos.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

**13. Contrato de Dinamização Cultural - Coro Académico da Universidade do Minho (C. A. U.M).** Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal de Braga, o Projeto de Regulamento do Programa Municipal Crescer Com Braga - Projeto As Minhas Primeiras Páginas, nos termos da alínea k) do n.º 1, do artigo 33.º e da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, na sua atual redação. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo.”

Deliberado aprovar por unanimidade-----

**14. Respostas Socioeducativas ao nível do fornecimento de Refeições Escolares e Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), destinadas às crianças da Educação Pré-escolar e aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, da rede pública do concelho de Braga | Protocolos de Colaboração.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, da proposta identificada em epígrafe aprovar: **a)** A despesa no valor estimado de 3.876.000,00 euros, sendo 1.328.000,00 euros a suportar em 2024 e 2.548.000,00 euros relativos a 2025 referentes ao Fornecimento de Refeições Escolares e das Atividades de Animação e Apoio à Família na Educação Pré-Escolar para o ano letivo 2024/2025; **b)** A relação de entidades parceiras e respetivos serviços a prestar, de acordo com o descrito no quadro anexo; **c)** A celebração dos protocolos para o serviço de refeição escolar e Atividades de Animação e Apoio à Família os termos do previsto na alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo”. O Vereador, Vítor Rodrigues da CDU, indicou que faria chegar uma declaração de voto. Posteriormente, a CDU fez chegar a seguinte declaração de voto: *“Declaração de voto: Declarações de voto da CDU na Sessão Ordinária de 26-06-2024 da Câmara Municipal de Braga: Ponto 14. Respostas Socioeducativas - Refeições Escolares e Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), destinadas às crianças da Educação Pré-escolar e aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, da rede pública do concelho de Braga | Protocolos de Colaboração. Neste ponto, foram apreciados vários documentos, entre os quais a Minuta do Protocolo de Apoio no âmbito da Ação Social Escolar para Fornecimento de Refeições Escolares. No entender da CDU, o fornecimento de refeições escolares no âmbito das AAAF deveria processar-se de igual forma por todas as crianças do concelho abrangidas, e não ficar a cargo das várias entidades que vão desenvolver esta resposta educativa. Deveria ainda esse fornecimento estar a cargo diretamente da Câmara Municipal de Braga, e das estruturas públicas para o efeito. Por estas razões, a CDU votou contra a proposta desta Minuta de Protocolo, votando a favor dos outros documentos propostos. O Vereador da CDU, Vítor Rodrigues”.* **Deliberado aprovar por unanimidade as alíneas b) e c).** **Deliberado aprovar aprovada por maioria, com o voto a favor com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, dos Vereadores do PS, Diogo Rocha Cunha, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e com o voto contra do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues na alínea a) quanto às refeições escolares.** -----

**15. Proposta de comparticipação na aquisição dos manuais escolares obrigatórios para os alunos do 1º ciclo do Ensino Básico – Ensino Privado do Concelho de Braga – ano letivo 2024/2025.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de comparticipação na

aquisição de manuais escolares obrigatórios para os alunos do 1º ciclo do Ensino Básico – Ensino Privado do concelho de Braga, para o ano letivo de 2024/2025, totalizando um valor estimado em 60.000,00€ (sessenta mil euros), nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 33º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues e com voto contra dos Vereadores do PS, Diogo Rocha Cunha, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa.**-----

**16. Contratos Interadministrativos de delegação de competências a Freguesias.** Presente a seguinte proposta: “Submetem-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as minutas dos contratos interadministrativos de delegação de competências, nos termos das disposições conjugadas na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a celebrar com as seguintes freguesias **a)** União de Freguesias de Este (S. Pedro e S. Mamede), para execução da obra denominada “Intervenções em várias ruas da Freguesia de Este S. Mamede (Rua Ladainha, Rua Fonte Cova)”, no valor de 2.435,35€. **b)** União de Freguesias de Merelim S. Pedro e Frossos, para execução da obra denominada “Repavimentação da Rua da Nora e Rua de São Brás – Merelim S. Pedro”, no valor de 60.764,50€. **c)** Junta de Freguesia de Esporões, para execução da obra denominada “Obras de conservação no ringue polivalente de Esporões”, no valor de 14.921,36€. **d)** União de Freguesias de Lomar e Arcos, para execução da obra denominada “Requalificação das escadas que ligam a Rua João de Castro à Rua Conde Aurora - Lomar”, no valor de 11.490,40€. **e)** União de Freguesias de Crespos e Pousada, para execução da obra denominada “Repavimentação Beco da Torrente – Crespos”, no valor de 20.341,40€. Tudo de acordo com a informação constante nos respetivos processos”. **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** -----

**17. Atribuição de apoios financeiros a freguesias.** Presente a seguinte proposta: Submetem-se, à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, a seguinte proposta de atribuição de apoio financeiro, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, alínea j) do n.º 1 do art.º 25º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual; as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros: **a)** Freguesia de Adaúfe, no valor de 21.915,50€ (vinte e um mil novecentos e quinze euros e cinquenta cêntimos), para apoio na melhoria das condições de acesso e estacionamento da Praia Fluvial de Adaúfe. **b)** Junta de Freguesia de Sequeira, no valor de 3 555,58€, para apoiar a “Requalificação do espaço ajardinado na envolvência do Fontanário dos Caleiros. Tudo de acordo com a informação constante nos respetivos processos”. **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia**

**Municipal para aprovação-----**

**18. Atribuição de apoio financeiro a Entidades: Bolsa Social de Mérito para Ano Letivo 2024/2025.**

Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à apreciação do Executivo Municipal proposta de atribuição de 15 Bolsas Sociais de Mérito para o ano letivo 2024/2025, no valor de 1.000,00 €/cada, no valor total de 15.000,00€ (parte F (Apoios Municipais) F-6/1º. e seguintes do CRMB. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo”. **Deliberado aprovar por unanimidade-----**

**19. Isenção de taxas e outras receitas municipais - Proposta de deferimento.** Presente a seguinte proposta: “Submetem-se para apreciação do Executivo Municipal, para posterior conhecimento da Assembleia Municipal, os pedidos de isenção de taxas, nos termos dos nºs. 1 e 2 do artigo H-1/16º e artigo H-1/17º do Código Regulamentar do Município de Braga, de acordo com o mapa em anexo”. **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal para conhecimento. -----**

**20. Proposta de Elevação da Freguesia de Palmeira à Categoria de Vila.** Presente a seguinte proposta:

“Submete-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, a Proposta de Elevação da Freguesia de Palmeira à Categoria de Vila, aprovada em Assembleia de Freguesia, da Freguesia de Palmeira, a 13 de Junho de 2024, sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião datada de 6 de Junho de 2023, nos termos da leitura conjugada do n.º 1 do art.º 23.º, alíneas j) e k) do n.º 2 do art.º 25.º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e artigo 8 n.º 3 da Lei n.º 24/2024, de 20 de fevereiro, na sua redação atual. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo”. A Vereadora do PS, Sílvia Sousa, indicou que faria chegar uma declaração de voto. Posteriormente, o PS fez chegar a seguinte declaração de voto: “*Declaração de voto: Relativamente ao ponto 20 da ordem de trabalhos, da reunião do dia 26 de junho, Proposta de Elevação da Freguesia de Palmeira à Categoria de Vila, o Partido Socialista (PS) vota favoravelmente. Os vereadores do PS reveem-se, naturalmente, na democracia e na valorização de todos os órgãos locais e, como tal, não podem deixar de acompanhar as pretensões destes. O processo de passagem a vila é um processo que decorre necessariamente de uma vontade. É importante que essa vontade emergja de uma população, de uma ampla discussão, i.e., de uma população informada, mais do que de uma qualquer vaidade política de quem quer deixar “obra”. É importante que as pessoas, e aqui, em particular, as pessoas de Palmeira, tenham consciência do que está em cima da mesa. A passagem de Palmeira a vila, não altera o seu estatuto, no âmbito da administração pública, ou seja, continua a ser uma freguesia. Não estamos, portanto, a “elevar” Palmeira de freguesia a vila. Aliás, o próprio processo, nomeadamente, os seus requisitos, remete para essa tal vontade, obviamente, e para um conjunto de equipamentos/serviços que deverão existir no território, associado a uma população mínima. Assumindo a vontade, os critérios da população e dos equipamentos/serviços estão cumpridos, situação que resulta de todo um processo de desenvolvimento da freguesia enquanto tal, ou seja, de um*

*desenvolvimento que o facto de ser uma localidade não obstaculizou. Assim, nesta fase, a sua passagem a vila é um processo meramente burocrático. Na pior das hipóteses, um instrumento de arremesso político, eleitoralista, portanto. Não é administrativo. E, formalmente, não tem impacto administrativo, na sua autonomia administrativa, no seu orçamento, nos seus recursos ou no bem-estar das suas gentes. Assim sendo, ficam as questões: qual a real motivação para esta alteração, agora? Uma alteração, note-se, que não consta de qualquer programa eleitoral. O que é que falta às gentes de Palmeira que uma designação de vila lhes vai proporcionar? Nos tempos em que vivemos, com uma cada vez maior tendência para populismos, extremismos, nacionalismos, individualismos, o que precisamos é de uma maior coesão territorial e esta, cremos nós, decorre da união do território, de um sentimento de pertença a algo maior, de uma solidariedade que não se constrói com fragmentações, ainda que informais. Este processo merecia outro nível de reflexão, outro nível de amadurecimento, outro nível de diálogo e de cooperação envolvendo as diferentes freguesias do concelho de Braga. Não é o ser vila que trará uma maior coesão a Palmeira. Palmeira tem de ambicionar essa coesão enquanto o território importante que já é, relevante e indispensável para o desenvolvimento de todo o concelho, de toda a região. Palmeira tem a sua identidade. Uma identidade que é construída com base no seu património, pelas suas gentes, pelas suas tradições. O passar a vila não deveria ser relevante para essa identidade. As pessoas de Palmeira são mais do que uma vila e não merecem ser iludidas. Braga, 26 de junho de 2024".* **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** -----

**21. Plano Diretor de Iluminação Pública – Versão Final.** Presente a seguinte proposta: Submete-se, à aprovação do Executivo Municipal, a versão final do Plano Diretor de Iluminação Pública e dos Critérios de Projeto de Iluminação Pública, tudo de acordo com os documentos constantes do processo". **O Vereador Vítor Rodrigues**, da CDU, indicou que faria chegar uma declaração de voto. Posteriormente, a CDU fez chegar a seguinte declaração de voto: "*Declarações de voto da CDU na Sessão Ordinária de 26-06-2024 da Câmara Municipal de Braga. Ponto 21. Plano Diretor de Iluminação Pública – Versão Final. O relatório da discussão pública do Plano em apreço corroborou o essencial da apreciação da CDU aquando da abertura de procedimento para a aprovação deste Plano. Como afirmámos então, as soluções técnicas propostas não eram as melhores disponíveis, não indo tão longe quanto possível na redução da poluição luminosa, que afeta quer os munícipes, quer os ecossistemas e outros seres vivos na cidade e no concelho. Não obstante reconhecermos melhorias importantes em relação à situação atual, a CDU entende que estava ao alcance do município ir mais longe nesses critérios técnicos, nomeadamente, no que respeita à iluminação de vias e de espaços verdes. Tendo isto em conta, a CDU votou contra. O Vereador da CDU, Vítor Rodrigues*". **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, dos Vereadores do PS, Diogo Rocha Cunha, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e**



**Sílvia Cristina Conduto de Sousa, e voto contra do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues. Remeter à Assembleia Municipal aprovação.**-----

22. Aprovação da ata em minuta. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

----- Pelo **Presidente da Câmara**, foi dada a abertura à intervenção do público. -----

----- Iniciou o **cidadão Miguel Precioso**, que consentiu a divulgação dos seus dados pessoais indicando ter dois assuntos relacionados com a ordem de trabalhos da reunião. A primeira relacionada com atribuição de um apoio financeiro à Freguesia de Adaúfe, destinada à expansão do parque de estacionamento da praia fluvial onde afirmou não ter “nada contra Adaúfe”. Falou como cidadão da Freguesia de Palmeira interessado no benefício da mesma, para questionar o executivo quais os critérios usados para essa atribuição. Descreveu a praia fluvial de Palmeira, como “sobrelotada de pessoas principalmente ao fim de semana que nem espaço têm para pousar a toalha”, o estacionamento e o acesso “de terceiro mundo”, referindo ser também acesso a outras praias fluviais dando como exemplo a praia fluvial de Adaúfe. Indicou também que, a praia fluvial de Palmeira teria Bandeira Azul. De seguida, referiu o barulho que se sentia na freguesia, indicando que no seu entender e sendo uma praia de Bandeira Azul, deveria ser tranquila. Afirmou que, a existência de bares de apoio que funcionariam à noite seriam a causa do problema. Afirmou também, que no ano anterior não teria havido nenhuma responsabilização às queixas feitas pelo excesso de barulho. Pediu, a intervenção da câmara relativamente às licenças de ruído, para que as praias fluviais fossem locais aprazíveis de estar e não “discotecas ao ar livre”. Em resposta o **Presidente da Câmara**, e relativamente à questão das isenções de taxas, indicou que em todas reuniões de câmara existiam isenções para diversas operações solicitadas e que se nessa reunião não havia nenhuma para a Freguesia de Palmeira, em outras reuniões garantidamente que houve. Relativamente ao apoio financeiro atribuído à Freguesia de Adaúfe para o parque de estacionamento, lembrou que o município já teria contribuído com cento e quarenta mil euros para a construção do parque de estacionamento da praia fluvial de Palmeira. Por fim, em relação à questão colocado das queixas de ruído, referiu não terem queixas durante o dia, mas sim à noite e que nesse sentido através dos serviços de fiscalização e da GNR mobilizados para acompanhar esses processos, afirmando já terem sido levantados inúmeros autos de contraordenação e de sanção dos infratores. Referiu que, estaria a ser feito o que a lei lhes permitia fazer. Tomou a palavra a cidadã **Ana Isabel Antunes**, que consentiu a divulgação dos seus dados pessoais e que mencionou levar um assunto em nome dos moradores do prédio número trinta e nove, da rua Manuel Ferreira Araújo. Iniciou esclarecendo que no início do mês de junho



teriam sido confrontados com a instalação de “pilares de cimento nos acessos ao prédio”. Tentaram perceber o que se passava e souberam que o mandatário de bloqueio aos acessos do prédio, teria adquirido aquela parcela de terreno num leilão online e que estaria a delimitar a área que teria adquirido. Indicou, serem moradores antigos e que tinham visto construir o jardim de infância nas traseiras do prédio, e aquando desta construção foi assegurada a ligação até por uma questão de saída de emergência do próprio infantário, sendo feito um arruamento com ligação entre a frente e as traseiras do prédio, que segundo apuraram seria um terreno privado e penhorado, nunca assegurado pela câmara a passagem a domínio público. Afirmou de seguida, que na semana anterior o proprietário da parcela de terreno teria “fechado a rua” de acesso ao jardim de infância, vedando toda a área que lhe pertencia e com essa vedação teria fechado o acesso às garagens do prédio assim como, o acesso de uma ambulância à entrada do referido prédio para auxiliar uma “moradora idosa em cadeira de rodas” na deslocação diária para o centro de dia que frequenta. Afirmou, terem feito duas exposições à câmara e até à data na teriam obtido resposta. Esclareceu que teriam “dois pedregulhos” na saída principal do prédio onde existe também um portão, onde afirmou que dias antes a Proteção Civil teria aberto o acesso, por ser a saída de emergência do infantário. Questionou por fim o executivo, o porquê de a câmara nunca ter assegurado a passagem desta parcela de terreno a domínio público, de um “caminho” que serviria todos os moradores daquela rua, a quem se desloca ao campo desportivo existente nas traseiras, assim como, a todos os frequentadores diários do jardim de infância. Afirmou que, esse terreno seria um espaço verde com cerca de uma dezena de sobreiros, questionando a câmara se já teria tomado medidas depois do proprietário do terreno ter ameaçado cortar. Em resposta o **Presidente da Câmara**, esclareceu que não tinha sido num executivo liderado por si, quem construiu o jardim de infância, quem fez esse acesso ou quem licenciou esses prédios. Afirmou que, todos os executivos se deparavam com situações de decisões tomadas antes de assumirem os seus mandatos e que a margem de atuação deste executivo sobre esse tema, tem de se basear em questões jurídicas, administrativas e urbanística. O que retardou qualquer intervenção do município, teria sido o facto dos serviços municipais, durante as últimas semanas após terem sido confrontados com os alertas do proprietário do terreno, que “queria” vedar o espaço por ter havido uma apropriação indevida do mesmo por parte do município e exigindo uma compensação sobre essa matéria. Indicou que, os serviços municipais teriam recuado umas décadas no tempo, para conseguirem verificar se aquele processo de loteamento já teria ou não caducado e se os direitos que na altura lhes tinham sido conferidos eram ou não válidos. Esclareceu que, caso fossem válidos, o terreno onde o senhor teria colocado a vedação e restringido o acesso, seria terreno apto a construção e câmara municipal nada poderia fazer. Afirmou que, teria sido confirmada a caducidade desse loteamento e que efetivamente não havia capacidade construtiva. Indicou que, a câmara para além de questões administrativas, iria desencadear os procedimentos para transformar um espaço que seria privado para um espaço público nos moldes em que estava. Afirmou, só poderem atuar com ferramentas jurídicas que permitissem atuar, referindo que apenas tinham a Proteção Civil e por questões da Proteção Civil, conseguiram retirar alguns desses “pedregulhos”. Afirmou que, caso não houvesse essa prerrogativa, apenas com base na discussão da titularidade do terreno ou da sua capacidade urbanística, poderia

essa situação ser prolongar por tempo indeterminado. Afirmou por fim que, no momento, iria ser desencadeado um processo de aquisição do terreno para que fique disponível para usufruto público.-----

----- Não havendo nada mais a tratar, o **Presidente da Câmara** deu por terminada a reunião. -----

**ENCERRAMENTO:** às 20h15 e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Anabela Vieira Ferreira, da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. -----

**XIII MANDATO**  
**ATA N.º 65/2024**

**Reunião Ordinária Pública de 22 de julho de 2024**

Ao vigésimo segundo dia do mês de julho de dois mil e vinte e quatro, pelas nove horas e trinta minutos, no Auditório da Junta de Freguesia da Sé, situado na Rua D. Afonso Henriques 1, Braga, realizou-se a reunião ordinária pública do Executivo Municipal, na qual compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Presidente da Câmara – Ricardo Bruno Antunes Machado Rio** (Coligação Juntos por Braga) e os **Vereadores, Altino Bernardo Lemos Bessa** (Coligação Juntos por Braga), **Carla Maria Ferreira Sepúlveda** (Coligação Juntos por Braga), **Maria do Sameiro Macedo Araújo** (Coligação Juntos por Braga), **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** (Coligação Juntos por Braga), **Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo** (PS), **Artur Jorge Oliveira Feio** (PS), **Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa** (PS), **Sílvia Cristina Conduto de Sousa** (PS) e **Vítor Manuel Jorge Rodrigues** (CDU). -----

Secretariou: Anabela Vieira Ferreira, da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. Pelas dezoito horas, verificada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- Pelo **Presidente da Câmara** foi dada a abertura ao período de antes da ordem do dia. -----

----- Iniciou o **Vereador do PS, Ricardo Sousa**, indicando ter uma proposta para apresentar ao executivo ligada à saúde pública assim como à sustentabilidade, que se prendia com a instalação de novos equipamentos públicos para “carregamento de garrafas de água reutilizáveis”, indicando que as mesmas poderiam ser cedidas pelo município. Referiu que, com as alterações climáticas sentidas ultimamente, muitas vezes de calor extremo, afirmando ser essencial que todos os bracarenses e visitantes da cidade, tivessem acesso gratuito a água potável. Afirmou já existirem “alguns bebedouros” espalhados pela cidade, em alguns sítios específicos da cidade como parques infantis ou centro da cidade. Afirmou que, o que traziam a reunião era a proposta de instalação destes mesmos equipamentos seguindo o exemplo de outras cidades europeias, referindo que, “para além de trabalhar a hidratação e educar as pessoas a beber a água municipal, trabalha também o desperdício do plástico em garrafas de água”. Como empresa apropriada para implementar esse sistema, indicou a Empresa Municipal AGERE, referindo que esta teria condições para o fazer. Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara**, indicou que, considerava a proposta interessante e que seria recomendada à Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga (AGERE). De seguida, tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, onde afirmou que “desde a semana

passada” teriam sido alertados tanto pelos moradores e confirmado pela Junta de Freguesia de Vitor, que as obras do Complexo Desportivo do Grupo Supera, em S. Victor, teriam decorrido várias vezes fora de horas, nomeadamente no período noturno. Indicou que até à data da reunião continuavam sem receber o relatório da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), e que no momento, seria “um desconforto imediato perceber que existem obras a serem realizadas um bocado à pressa para que, digamos assim, aconteça e, a acontecer, deve acontecer de forma legal e absolutamente às claras”. De seguida, solicitou ao executivo que “incentivasse a fiscalização e percebesse se está a ser feito de acordo com a lei e com as regras de licenciamento”. Tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vitor Rodrigues**, que indicou como primeira questão, a espera do relatório da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), dando o seu aval às questões técnicas que a câmara referia sobre a questão da Ribeira de S. Vitor. “Exigiu” uma resposta por parte da câmara visto a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), não se ter pronunciado ou apresentado ainda o relatório, para que pudessem perceber quais teriam sido os pressupostos técnicos que levaram à conclusão de que a Ribeira de S. Victor se tinha difundido por várias linhas de água onde apontam o uso de “manilhas de grande dimensão na empreitada que induzem que existe água em quantidade no subsolo”. Afirmou de seguida, que também lhes tinham chegado as “queixas por parte dos moradores sobre os trabalhos noturnos na obra, referidos anteriormente pelo PS, na obra do Complexo Desportivo do Grupo Supera, onde questionou se haveria algum tipo de licenciamento para que as obras decorressem em horário noturno. De seguida, acrescentou alguns alertas, nomeadamente, para uma luminária caída na Rua Américo Rodrigues Barbosa, assim como a iluminação dos espaços públicos, mas dentro do complexo da “Grundig”, nos arruamentos entre as várias instalações, havendo queixas dos trabalhadores da “iluminação insuficiente até para o atravessamento das ruas”, alertando ainda para uma “pequena passagem pedonal metálica” que costumava estar encerrada no inverno por ficar “escorregadia com a água da chuva”, obrigando os trabalhadores a usar a estrada para atravessar onde pediu a substituição do piso da mesma. Por fim, alertou para o facto de terem sido retiradas duas paragens de autocarros da TUB, junto ao que tinha sido o Convento das Convertidas, atualmente o “Hotel Mélia, indicando que a proximidade das duas paragens facilitava a troca de autocarro para muitos cidadãos e que teriam sido retiradas aquando da construção do mesmo e que “neste momento estariam substituídas por dois postes afastados um do outro” questionando de seguida o que estaria pensado como solução para essas paragens, apelando que nessa solução fosse contemplado a ideia de proximidade das duas paragens que tanto facilitavam a “vida aos cidadãos” na “troca” de autocarro. Em resposta, o **Sr. Presidente da Câmara**, indicou que as mesmas deveriam ser reportadas aos serviços. Relativamente ao tema da fiscalização das “obras fora de horas ou em horários noturnos” do Complexo Desportivo do Grupo Supera, afirmou não ter conhecimento de nenhum licenciamento excecional para obras noturnas, afirmando que não seria possível “colocar um polícia em permanência” na obra, onde apelou aos moradores que reportassem aos serviços qualquer ocorrência dessa natureza, para que fosse registado e o município pudesse atuar em conformidade, afirmando que esta obra como qualquer outra teria de cumprir as regras normais de funcionamento.-----

-----  
**Pelo Presidente da Câmara, Ricardo Rio, foram propostos o seguinte voto de louvor-----**

-----**Voto de Louvor** à excelente prestação da atleta do Sporting Clube de Braga, **Joana Pereira, Bicampeã Nacional Feminina**, acompanhado por **Ana Catarina Francisco**, que conquistou a medalha de prata no Boccia World Challenger, em prova realizada no Cairo, Egipto, no dia 19 de julho - **Aprovado por unanimidade.** -----

-----**Voto de Louvor** à excelente prestação da atleta do Sporting Clube de Braga **José Abílio Gonçalves**, acompanhado por **Paulo Correia**, que conquistou a medalha de ouro no WORLD Boccia CUP, em prova realizada na Póvoa do Varzim, no passado dia 13 de julho - **Aprovado por unanimidade**-----

----- **Voto de Louvor** à excelente prestação da atleta Bracarense, do atleta do Sporting Clube de Braga, **José Paulo Lopes**, que se sagrou Campeão Nacional em 1500m livres, em natação, em provas realizadas entre os dias 14 de julho no Jamor- **Aprovado por unanimidade**-----

-----**Voto de Louvor** à excelente prestação do atleta Bracarense da atleta **Camila Gomes**, que se sagrou Campeão Nacional de Esperanças nas provas de 800m e 1500m, realizadas nos dias 20 e 21 de julho, na Pista Professor Moniz Pereira no Lumiar 4 Lisboa - **Aprovado por unanimidade**-----

-----**Voto de Louvor** às jovens músicas **Rafaela Salgado e Raquel Mendes**, vencedoras do 1º Prémio na 372 Edição Prémio Jovens Músicos 2024, na categoria de Música Barroca - **Aprovado por unanimidade**-----

-----**Voto de Louvor** à aluna do Colégio Dom Diogo e Sousa, **Marta Antunes**, vencedora da Medalha de Bronze na 35ª Olimpíada Internacional de Biologia, 2024 - **Aprovado por unanimidade.**-----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- Pelo **Presidente da Câmara** foi dada a abertura ao período da ordem do dia. -----  
Para **conhecimento e informação**, foi presente o **resumo da tesouraria**, referente ao dia 19 de junho de 2024, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

1. **Aprovação das atas n.º 63 e nº 64 das reuniões ordinárias de 26 de junho e 08 de julho de 2024, respetivamente.** Aprovada por unanimidade a ata nº64 de 08 de julho e retirada da agenda a ata nº63 de 26 de junho de 2024, a pedido do Vereador do PS, Artur Feio, pela impossibilidade de envio da declaração de voto alusiva ao ponto 3. *“Desafetação do domínio público municipal do prédio urbano designado de Capela de São João Batista”* da referida ordem de trabalhos, de acordo com o artigo 14º do Regimento da Câmara Municipal de Braga.-----

2. **Processo Disciplinar n.º DAAJ-PD-6.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, o Processo Disciplinar n.º DAAJ-PD-6, nos termos previstos na alínea b) do artigo 186.º da LGTFP. O exercício da competência disciplinar sobre o trabalhador cabe ao Executivo Municipal, de acordo com o n.º 4 do artigo 197.º, devendo a deliberação ser tomada por escrutínio secreto, considerando a matéria em apreço, nos termos do n.º 3 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual”. **Aprovado por maioria com 5 votos a favor, 4 votos em branco e 1 voto contra** -----

3. **Plano de Prevenção de Riscos de Gestão de 2024.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se, para conhecimento do Executivo Municipal, a proposta do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão para o ano de 2024. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo”. **Tomou-se conhecimento** -----

4. **1ª Relatório anual de monitorização: Operação de Reabilitação Urbana Espaço Central e Operação de Reabilitação Urbana Expansão da Cidade.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, o primeiro relatório anual de monitorização: Operação de Reabilitação Urbana Espaço Central e Operação de Reabilitação Urbana Expansão da Cidade, em conformidade com o número 1 do artigo 20.ºA, do Decreto-Lei 307/09, de 23 de outubro, com as alterações introduzidas pela Lei 32/2012, de 14 de agosto. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo”- **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira e com as abstenções dos Vereadores do PS, Artur Jorge Oliveira Feio, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues** -----

5. **Classificação como monumento de interesse municipal das voltas de Macada, da rua das Antigas Voltas de Macada, sito na freguesia de Santana de Vimieiro – Início de procedimento.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal a proposta de classificação como monumento de interesse municipal das voltas de Macada, da rua das Antigas Voltas de Macada, sito na freguesia de Santana de Vimieiro. nos termos do disposto no n.º 3.º do artigo 29º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo”. **Deliberado por unanimidade**-----

6. **Prolongamento / Anulação de Topónimo, na freguesia de Dume, atualmente integrada na União das freguesias de Real, Dume e Semelhe.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de prolongamento do topónimo “Travessa de Cimo de Vila”, e consequente anulação de designação do topónimo “Cangosta do Ruivo”, (identificada na planta de localização com Artéria A), sito no Lugar de Cimo de Vila, da extinta freguesia de Dume, atualmente integrada na União das freguesias de Real, Dume e Semelhe: **Alteração de Limites de topónimo / Prolongamento: - Travessa de Cimo de Vila - Início -**

Rua Doutor Manuel José de Oliveira Machado, **Fim** - Caminho Cimo de Vila. **Anulação de topónimo** - Artéria Proposta (A) - Cangosta do Ruivo. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo". **Deliberado por unanimidade.** -----

**7. CPE.17.21. DMOSM - Requalificação e Ampliação do Pavilhão das Goladas - Proposta de aprovação da forma de Revisão Extraordinária de Preços.** Presente a seguinte proposta: "Submete-se, à aprovação do Executivo Municipal, a empreitada identificada em epígrafe, da forma de revisão de preços apresentada pela entidade executante - por garantia de custos e por fórmula. Nos termos da informação do gestor do contrato, propõe-se a aprovação do cálculo apresentado pelo método de garantia de custos para parte dos trabalhos, de acordo com a documentação apresentada, e a aprovação da fórmula determinada pelo gestor do contrato, como contraproposta da apresentada pelo empreiteiro, nos termos do previsto na alínea a) do n.º 3 do artigo 3º do Decreto - Lei n.º 36/2022, de 20 de maio, por se considerar mais adequada à estrutura de custos da empreitada. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo." **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, abstenções dos Vereadores do PS, Artur Jorge Oliveira Feio, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** ----

**8. Empreitada: "Eu já passo aqui! - Lote 6" - Aprovação da fórmula proposta para a Revisão Extraordinária de Preços.** Presente a seguinte proposta: "Submete-se, à aprovação do Executivo Municipal, a empreitada identificada em epígrafe, da fórmula de revisão de preços apresentada como contraproposta ao pedido de revisão extraordinária de preços submetido pela entidade executante, nos termos do previsto na alínea a) do n.º 3 do artigo 3º do Decreto - Lei n.º 36/2022, de 20 de maio. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo". **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, abstenções dos Vereadores do PS, Artur Jorge Oliveira Feio, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

**9. Regulamento de organização e funcionamento da Polícia Municipal de Braga- Aprovação Final.** Presente a seguinte proposta: "Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal de Braga, para os efeitos constantes da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o presente regulamento, e no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, constituindo atribuição do Município, nos termos



do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o domínio da Polícia Municipal, e de acordo com a alínea g) do n.º 1 do artigo 25º do mesmo diploma legal. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo”. O **Vereador Vítor Rodrigues, da CDU**, indicou que faria chegar uma declaração de voto. Posteriormente, a CDU fez chegar a seguinte declaração de voto: “*Declarações de voto da CDU na Sessão Ordinária de 22-07-2024 da Câmara Municipal de Braga, Ponto 9. Regulamento de organização e funcionamento da Polícia Municipal de Braga – Aprovação Final. Uma vez que o Regulamento de organização e funcionamento da Polícia Municipal de Braga articula sobre os direitos, deveres e condições de trabalho dos agentes da Polícia Municipal de Braga, a sua aprovação, de acordo com a legislação em vigor, carece de consulta prévia às estruturas sindicais que representam esses agentes. Tendo sido questionado pelo Sr. Vereador da CDU se tal consulta tinha expressamente existido neste caso, para além da normal consulta pública a que o documento foi sujeito, e especificamente se o STAL – Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local havia sido previamente consultado, a resposta obtida não foi positiva. Deste modo, e porque este procedimento não foi cumprido, a CDU absteve-se. O Vereador da CDU, Vítor Rodrigues*”. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, abstenções dos Vereadores do PS, Artur Jorge Oliveira Feio, Adolfo Augusto Martins da Cruz Moraes de Macedo, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues e remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** -----

**10. Primeira Alteração ao Regulamento do Programa Municipal de Combate à Pobreza Energética – Início do procedimento.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de aprovação da abertura do início de procedimento da Primeira Alteração ao Regulamento do Programa Municipal de Combate à Pobreza Energética nos termos do disposto no artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo e tudo de acordo com os documentos constantes do processo”. **Deliberado aprovar por unanimidade** -----

**11. Alteração ao Código Regulamentar do Município de Braga- «Concessão e exploração de Quiosques» - Início de procedimento.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de aprovação da abertura do início de procedimento da Primeira Alteração ao Código Regulamentar do Município de Braga à PARTE D - Ocupação do Espaço Público - Título II - Capítulo II - Secção V - Concessão e Exploração de Quiosques Municipais, nos termos do disposto no artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo”. **Deliberado aprovar por unanimidade** -----

**12. Alteração global da PARTE A do Código Regulamentar do Município de Braga.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal de Braga, para os efeitos constantes da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e para os efeitos constantes da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma legal, a alteração regulamentar proposta de alteração global da PARTE A do Código Regulamentar do Município de Braga, revogando-se a anterior. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, abstenções dos Vereadores do PS, Artur Jorge Oliveira Feio, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues e remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** -----

**13. Protocolo de cooperação a celebrar com a Cáritas Arquidiocesana de Braga Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social – Emergência Social.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, proposta de Protocolo de Cooperação com a Cáritas Arquidiocesana de Braga para o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social - Emergência Social, bem como o quadro financeiro associado. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo.” **Deliberado aprovar por unanimidade**-----

**14. Minuta de acordo de cooperação entre Município de Braga e Associação Empresarial de Braga 2024.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, proposta de minuta de acordo de cooperação entre o Município de Braga e a Associação Empresarial de Braga, de acordo com a alínea m) do nº 2 e nº1 do artigo 23º, o artigo nº 33 nº 1 alínea o) e m) do anexo 1 à lei 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo”. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, dos Vereadores do PS, Artur Jorge Oliveira Feio, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e com abstenção do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

**15. Protocolo de cooperação com Associação de Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP).** Presente a seguinte proposta: “Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, protocolo de cooperação com Associação de Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP), nos termos do disposto

no artigo 23.º, alínea m) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugado com o artigo 33.º, n.º 1, alínea u) do mesmo diploma legal. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo.” **Deliberado aprovar por unanimidade** -----

**16. Atribuição de materiais escolares para alunos do 1.º ciclo do ensino básico ano letivo 2024/2025.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à aprovação do Executivo Municipal, a proposta de aquisição do material escolar obrigatório no valor previsional de 48.053,00 € (quarenta e nove mil, setecentos e noventa e nove euros), para todos os alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, posicionados nos escalões A, B e N.E. Tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo.” **Deliberado aprovar por unanimidade** -----

**17. Plano de Transportes Escolares para o ano letivo de 2024/2025.** Presente a seguinte proposta: Submete-se, à aprovação do Executivo Municipal, o Plano de Transportes Escolares para o ano letivo de 2024/2025, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 56.º e do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua versão atualizada, tudo de acordo com os documentos constantes do processo”. **Deliberado aprovar por unanimidade** -----

**18. Apoio BRAGASOL – Supera-T | Proposta Programa de apoio à inclusão e às famílias ano letivo 2024/2025.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à apreciação do Executivo Municipal, o apoio BRAGASOL - Supera-T | Programa de apoio à inclusão e às famílias para o ano letivo 2024/2025. Tudo de acordo com documentos anexos”. Tomou a palavra o **Vereador da PS, Ricardo Sousa**, que lamentou “a lacuna que há no ensino relativamente a estes meninos com necessidades especiais”. Indicou não concordar com a opção encontrada de atribuição de um apoio financeiro direto por considerar que isso implica “passar a responsabilidade para os pais”. Afirmou, ter sido criada uma resposta anteriormente que não tinha funcionado e que seria importante perceber porquê. Garantiu, haver pais insatisfeitos com a solução encontrada, antevendo problemas a curto prazo. O transporte destas crianças foi outra das fragilidades que o PS entendeu que deveria ser resolvida, para uma verdadeira inclusão. “Muitos destes meninos não estão a ser acompanhados nos horários que não têm aulas e essa é a problemática que nós, enquanto políticos, temos que resolver”. Indicou que, iriam votar contra, pois a proposta apresentada “não assegura que há parceiros garantidos”. “Não podemos votar a favor de um voucher para serem os pais a resolver os seus problemas, porque isso não resolve de forma nenhuma”, finalizando a apontar a “falta de recursos”. O **Vereador do PS, Artur Feio**, indicou que faria chegar uma declaração de voto. Posteriormente, o PS fez chegar a seguinte declaração de voto: “*Declaração de voto: Considerando que: O Concelho de Braga tem, neste momento, escassas alternativas para a ocupação dos tempos livres das crianças e jovens em geral e, com especial destaque, para as crianças com necessidades especiais; O apoio nas pontas escolares é um serviço crucial para muitas famílias, pois oferece um local seguro e adequado para as crianças ficarem em horários em que já não têm aulas, mas que os pais ainda estão a trabalhar. Que o Programa Supera-*

te, tal como existe, não é apenas uma questão de conveniência, mas sim uma questão de necessidade real para muitas famílias que dependem dele, servindo para equilibrar as exigências profissionais com o cuidado dos seus filhos. Deveremos concentrar todos os esforços em melhorar o programa, entendendo por que razão a adesão foi abaixo das expectativas e o que pode ser feito para torná-lo mais acessível e atrativo. O transporte das crianças desde a escola para o espaço do Supera-te, ou deste para as habitações dos utentes, era uma das dificuldades apresentadas pelos pais e que daí se deveria apresentar uma solução municipal. Todas as crianças do concelho têm transportes gratuitos, através do passe da TUB, excepto as crianças com necessidades especiais que só usufruem de duas viagens (casa – escola e escola-casa). Devemos apresentar uma solução de transporte dos utentes com necessidades especiais que defenda os direitos consagrados para todas as crianças. Devemos investir na divulgação do serviço, ampliar a capacitação dos profissionais envolvidos, e adaptar as atividades oferecidas às reais necessidades das crianças e suas famílias. É necessário fazer um esforço conjunto para revitalizar este programa, garantindo que mais crianças possam beneficiar deste apoio e encontrem um serviço mais adaptado às suas necessidades. Cada criança e cada família importa, e que devemos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para garantir que recebam o apoio de que tanto necessitam. A experiência dos vouchers das pausas pedagógicas não resultou no passado, pois não tivemos instituições sociais capazes de responder a estas exigências das crianças especiais, mostrando-se crucial a organização pelo próprio município. Não nos foi apresentada nenhuma confirmação oficial de instituição ou parceiro que venha a responder positivamente a esta metodologia de voucher que o executivo pretende oferecer. O Partido Socialista vota contra este ponto e solicita a continuidade do projeto Supera-T | Programa de apoio à inclusão e às famílias para todas as crianças do concelho com resposta a estas necessidades. Braga, 05 de agosto de 2024 Os vereadores do Partido Socialista”. Tomou de seguida a palavra, o **Vereador da CDU Vitor Rodrigues**, indicando que se iria abster e lamentou que a resposta não fosse garantida pela tutela afirmando temer que os valores cobrados pelas respostas privadas sejam inoportunos para as famílias, mesmo que o município participe a 50%. “O desejável era que tivéssemos uma resposta pública e inclusiva”, apelando para que a proposta apresentada mencionasse o facto de “estar a ser feito um caminho no sentido da inclusão destas crianças”. Indicou que faria chegar uma declaração de voto. Posteriormente, a CDU fez chegar a seguinte declaração de voto: “Declarações de voto da CDU na Sessão Ordinária de 22-07-2024 da Câmara Municipal de Braga. Ponto 18. BRAGASOL – Supera-T | Proposta Programa de apoio à inclusão e às famílias ano letivo 24.25. Após acolhimento favorável da proposta da CDU quanto à inclusão de um parágrafo sobre os esforços que estão a ser desenvolvidos junto de IPSS do município para garantir que existe uma solução complementar à mera comparticipação financeira para pagamento de serviços no setor privado, e considerando que esta última modalidade, tal como está estruturada na proposta, não é suficiente para garantir que todas as crianças têm acesso ao serviço, pois as taxas e limites à comparticipação serão demasiado baixas, sobretudo para famílias de menores rendimentos, a CDU absteve-se. O Vereador da CDU, Vitor Rodrigues”. Antes de dar a palavra à Vereadora da Educação, o **Sr. Presidente da Câmara**, referiu ter algumas notas que considerava pertinentes para esclarecer, como a responsabilidade do Estado Central que

evitaria estarem a discutir este assunto em reunião de câmara. Afirmou que, muitas das vezes não podendo contar com esse apoio (Estado Central), seriam as câmaras municipais a terem de desenvolver as respostas para as necessidades das suas populações, principalmente as de mais precisão como neste tema. Referiu que, “neste caso em concreto foi eloquente o compromisso de todos, das forças políticas, mas também do diálogo que houve no ano letivo anterior para tentar formatar uma solução, que partindo de qualquer que fosse a força política, chegássemos ao resultado, que era dar uma resposta a estas crianças e a estas famílias”. Afirmou também que, teriam chegado a uma solução que mesmo que não tivesse sido a ideal, teria dado um passo significativo de melhoria face à situação anterior. Afirmou também que, “a verdade é que a resposta foi confrontada não só com uma condição estatística de falta de adesão que é naturalmente preocupante, mas sobretudo, com dificuldades operacionais de ordem diversa ao longo do funcionamento da resposta durante todo ano. Afirmou também e de uma “forma taxativa”, que não teria sido uma iniciativa tomada de “ânimo leve” e nem que tivesse surgido “agora no final do ano letivo”. Esclareceu ter sido uma proposta debatida em vários contextos e discutida “profundamente com os parceiros ligados à situação atual e outros que nós tentamos envolver”, na nova solução que pretendiam “desenhar” e em função das diversas barreiras e dificuldades que teriam sido confrontados e que teriam tentado encontrar uma solução alternativa. Esclareceu ainda que, como teria ficado claro, a solução do ano anterior, não teria sido insuficiente de “todo por uma questão financeira”, afirmando ter havido um grande investimento para a criação desta resposta, onde referiu ter sido uma das soluções em termos “per capita das mais caras de intervenção social a nível municipal em qualquer área da governação”. Afirmou por fim que, investiriam o que fosse necessário para a criação de uma resposta que fosse ao encontro das necessidades dos cidadãos. De seguida, para um melhor esclarecimento, deu a palavra à **Vereadora da Educação, Carla Sepúlveda**, que esclareceu que, haveria um apoio financeiro aos pais, “consoante a resposta que achem adequada para cada um dos seus filhos”, baseado nos escalões da Segurança Social e que haveria também a hipótese de ser feito um apoio financeiro às instituições que se mostrassem efetivamente abertas à receção destas crianças, consoante aquilo que fosse a necessidade de cada uma delas, fosse em equipamentos ou apoio à contratação de recursos humanos, referindo ser isso o que lhes tinha sido aponto. Afirmou que, o apoio poderia ser dado às instituições, se várias famílias optassem pela mesma resposta. Afirmou também que, caso contrário, poderia ser concedido diretamente aos pais e que o que teria ficado combinado “com os pais na passada sexta-feira, e devo referir que foi com bastante agrado que nos receberam, foi que agora iriam procurar dentro da rede pública e privada a solução mais adequada para si, enviar-nos um e-mail com a decisão, para que depois lhes possamos dar as informações para os próximos passos. Garantiu por fim que, as dez crianças que participaram na edição do ano passado “tiveram resultados extraordinários”. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, voto contra dos Vereadores do PS, Artur Jorge Oliveira Feio, Adolfo**

**Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo , Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e**



**Sílvia Cristina Conduto de Sousa e com abstenção do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.---**

**19. Contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo.** Presente a seguinte proposta: “Submetem-se à consideração do Executivo Municipal, nos termos enunciados no artigo 23.º, n.º 1 e 2, alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação dos seguintes contratos-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com o Município de Braga 2023/2024: **a)** RS Ballroom Team Associação; **b)** Federação Portuguesa de Xadrez. Tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo”. **Deliberado aprovar por unanimidade -----**

**20. Contratos de Dinamização Cultural.** Presente a seguinte proposta: “Submetem-se à consideração do Executivo Municipal os seguintes contratos de dinamização cultural, que têm por objeto a atribuição de apoios financeiros às seguintes entidades, de acordo com as alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e nos termos do n.º 2 do artigo F-1/3.º e do artigo F-1/9.º do Código Regulamentar do Município de Braga: **a)** Associação Cultural e Festiva “Os Sinos da Sé”, no valor de 12.000,00€ (com vista à continuidade e incremento de projetos); **b)** Grupo Cultural e Recreativo Unidos da Casa do Povo de Mire de Tibães, no valor de 4.000,00€ (com vista à continuidade e incremento de projetos); **c)** Grupo Cénico Cultural e Beneficente de Arentim no valor de 1 500,00€, (com vista à continuidade e incremento de projetos); **d)** Augustuna - Tuna Académica da Universidade do Minho, no valor de 3 300,10€, (com vista à continuidade e incremento de projetos). Tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo”. **Deliberados aprovar por unanimidade -----**

**21. Contratos Interadministrativos de delegação de competências a Freguesias.** Presente a seguinte proposta: “Submetem-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as minutas dos contratos interadministrativos de delegação de competências, nos termos das disposições conjugadas na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a celebrar com as seguintes freguesias: **a)** Junta de Freguesia de Ruilhe, para execução da obra denominada “Reforço de Verba - Requalificação dos Balneários do Campo de Talegre”, no valor de 3.373,98€; **b)** Junta de Freguesia de Esporões, para execução da obra denominada “Reconstrução do muro na Rua das Boucinhas”, no valor de 3.763,00€; **c)** União de Freguesias de Vilaça e Fradelos, para execução de “Honorários/Projeto - Requalificação do arruamento entre a Rua David Augusto Martins Ribeiro e o Largo das Minas - Fradelos”, no valor de 6.605,10€; **d)** Junta de Freguesia de Tebosa, para execução da obra denominada “Alargamento pontual na Avenida da Igreja - Tebosa”, no valor de 22.241,56€; **e)** Junta de Freguesia de Sobreposta, para execução de “Honorários/Projeto - Muro de suporte da Av. Sra. Da Conceição”, no valor de 3.920,00€; **f)** União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Sto. Estêvão e S. Vicente), para execução da obra denominada “Requalificação da Rua das Quebradas”, no valor de 319.260,64€; **g)** União de Freguesias de Moreira e Trandeiras, para execução de “Honorários/Projeto - Pavimentação da Rua do Gaio à Rua da Liberdade

- Morreira e Trandeiras”, no valor de 4.182,00€. Tudo de acordo com a informação constante nos respetivos processos”. **Deliberados aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal aprovação.** -----

**22. Atribuição de apoios financeiros a freguesias.** Presente a seguinte proposta: “ Submetem-se, à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, a seguinte proposta de atribuição de apoio financeiro, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, alínea j) do n.º 1 do art.º 25º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual: as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros: **a)** União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações, no valor de 1.439,10€ (mil quatrocentos e trinta e nove euros e dez cêntimos), para apoio na melhoria das condições de acesso ao parque canino da Azenha.”; **b)** União de Freguesias de Lomar e Arcos, no valor de 7 674,40€, para apoiar as “Pequenas intervenções de impermeabilização e pintura na EB1 de Lomar”; **c)** União de Freguesias de Cabreiros e Passos (S. Julião), no valor de 5 445,22€, para apoiar a “Colocação de cortinas de palco no edifício “Centro Cultural Cabreiros”; **d)** União de Freguesias de Cabreiros e Passos (S. Julião), no valor de 11 169,03€, para apoiar a “Requalificação do Polidesportivo de Cabreiros”; **e)** Junta de Freguesia de Tebosa, no valor de 10 947,00€, para apoiar o “Honorários/Projeto - Requalificação urbana para a construção do parque de estacionamento da Capela da Sr.ª do Campo”; **f)** União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações, no valor de 20 295,00€, para apoiar o “Projeto - Requalificação do edifício “Vivo Local” de Lamações”; **g)** União de Freguesias de Morreira e Trandeiras, no valor de 20 756,25€, para apoiar os “Honorários/Projeto - Ampliação do Cemitério da Freguesia de Trandeiras”; **h)** União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, no valor de 17 959,27€, para apoiar as “Obras de conservação no Cemitério de Vimieiro”; **i)** União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações, no valor de 14 726,26€, para apoiar o “Espaço de Lazer na bifurcação da Rua de Penouços com a Rua do Medronheiro - Nogueira”; **j)** União de Freguesias de Merelim (S. Pedro) e Frossos, no valor de 3754,21€, para apoiar a “Substituição de árvores na Rua S. Sebastião - Frossos. Tudo de acordo com a informação constante nos respetivos processos”. **Deliberados aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** -----

**23. Atribuição de apoio financeiro à Associação Portuguesa de Deficientes (APD) - Delegação Distrital de Braga.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à apreciação do Executivo Municipal, proposta de atribuição de apoio financeiro à Associação Portuguesa de Deficientes (APD) - Delegação Distrital de Braga, no valor de 35.000,00€, para aquisição de uma nova carrinha, nos termos do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e no artigo F Código Regulamentar do Município de Braga. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo. **Deliberado aprovar por unanimidade** -----

**24. Apoio financeiro a Entidades.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à apreciação do Executivo Municipal, proposta de atribuição de apoio financeiro para pagamento de encargos de ligação à rede pública de



água e saneamento nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 12º do Regulamento do Projeto BragaSol, e na alínea v) do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, da seguinte forma: **a)** Ligação à rede pública de água e de saneamento ao imóvel onde a entidade habita no valor de 1.787,92, € acrescido de IVA à taxa legal em vigor; **b)** Ligação à rede pública de água ao imóvel onde a entidade habita no valor de 475€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor; **c)** Ligação à rede pública de saneamento ao imóvel onde a entidade habita valor de 1.075,30€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo. **Deliberados aprovar por unanimidade -----**

**25. Apoio monetário aos Agrupamentos de Escolas/Escola não agrupada para fazer face a despesas correntes – Agrupamento de Escolas D. Maria II.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de atribuição de apoio financeiro aos Agrupamentos de Escolas/ Escola não Agrupada – Agrupamento de Escolas D. Maria II, no valor de 1080,43 €, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, na sua redação atual, que veio concretizar a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da educação, ao abrigo do n.º 1 do artigo 11.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, por motivo de urgência relacionada com a necessidade de se proceder à regularização dos créditos juntos dos respetivos fornecedores, sob pena de estes interromperem o fornecimento, tudo de acordo com os documentos constantes do processo”. **Deliberado aprovar por unanimidade -----**

**26. Isenção de taxas e outras receitas municipais - Proposta de deferimento.** Presente a seguinte proposta: “Submetem-se para apreciação do Executivo Municipal, para posterior conhecimento da Assembleia Municipal, os pedidos de isenção de taxas, nos termos do Código Regulamentar do Município de Braga, ao abrigo: **a)** Dos nºs. 1 e 2 do artigo H-1/16º e artigo H-1/17º, mapa em anexo; **b)** Do n.º 4 do artigo H-1/16º - reconhecimento do manifesto e relevante interesse municipal - mapa em anexo”. **Deliberados aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal para conhecimento.-----**

**27. Isenção de taxas e outras receitas municipais - Proposta de indeferimento.** Presente a seguinte proposta: “Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, as propostas de indeferimento dos pedidos de isenção, constantes do mapa em anexo, por não se encontrarem enquadradas no artigo H-1/16º e no artigo H-1/17º do Código Regulamentar do Município de Braga”. **Deliberado a indeferir por unanimidade-----**

**28. Normas de participação do Orçamento Participativo Escolar – OPE 2024/2025.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à aprovação do Executivo Municipal, as Normas de Participação do Orçamento Participativo Escolar do Município de Braga - OPE 2024/2024, bem como a verba total disponível no valor de 130.000,00€, a atribuir no âmbito do Orçamento Participativo Escolar. Tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo”. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara,**

**Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues e abstenção dos Vereadores do PS, Artur Jorge Oliveira Feio, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo , Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa -----**

**29. Normas de Funcionamento do Programa Regime Escolar 2024/2025.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta relativa às Normas de Funcionamento do Programa Regime Escolar, no ano letivo 2024/2025, que prevê a distribuição de leite e produtos lácteos e fruta aos alunos do Ensino Pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico dos Estabelecimentos de Ensino público. Tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo”. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues e abstenção dos Vereadores do PS, Artur Jorge Oliveira Feio, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo , Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa -----**

**30. Normas de Acesso e Funcionamento do Serviço de Refeições Escolares | Refeitórios Escolares da rede pública dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário do Município de Braga.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta relativa às Normas de Acesso e Funcionamento do Serviço de Refeições Escolares, nos refeitórios escolares da rede pública dos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário do Município de Braga, no ano letivo 2024/2025. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo. O **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, indicou que faria chegar uma declaração de voto. Posteriormente, a CDU fez chegar a seguinte declaração de voto: “*Declarações de voto da CDU na Sessão Ordinária de 22-07-2024 da Câmara Municipal de Braga. Ponto 30. Normas de Acesso e Funcionamento do Serviço de Refeições Escolares | Refeitórios Escolares da rede pública dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário do Município de Braga. No entender da CDU, o fornecimento de refeições escolares devia ser assegurado por estruturas públicas, e a sua confeção, sempre que possível, deveria ter lugar nas escolas. Dado que a proposta não contempla a obrigatoriedade, nos casos em que tal seja possível, de que o fornecimento das refeições escolares seja garantido diretamente pelas escolas, a CDU absteve-se. O Vereador da CDU, Vítor Rodrigues*”. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, abstenção dos Vereadores do PS, Artur Jorge Oliveira Feio, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de**

Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.-----

31. **Normas de Funcionamento do Programa de Inovação Social Aberta de Braga | 2.ª Edição (Município de Braga, BragaHabit e Fundação “la Caixa”).** Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à aprovação do Executivo Municipal, a proposta relativa às Normas de Funcionamento da 2.ª Edição do Programa de Inovação Social Aberta de Braga. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo”. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues e abstenção dos Vereadores do PS, Artur Jorge Oliveira Feio, Adolfo Augusto Martins da Cruz Moraes de Macedo, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa** -----

32. **Apoio Social Direto – Ratificação.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à aprovação do Executivo Municipal, a ratificação da decisão do Sr. Presidente, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito do Apoio Social Direto, e que se tome conhecimento das despesas realizadas no período compreendido entre 01 de janeiro a 30 de junho de 2024, resultantes do procedimento de trabalho criado para os munícipes em situação de maior vulnerabilidade social ou de carência pontual. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo. **Deliberado a ratificar por unanimidade**-----

33. **Voto de pesar pelo falecimento de Joana Marques Vidal.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal, proposta de voto de pesar pelo falecimento de Joana Marques Vidal, que se anexa”. **Deliberado aprovar por unanimidade** -----

34. **Aprovação da ata em minuta. Deliberado aprovar por unanimidade**-----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

----- Pelo **Presidente da Câmara**, foi dada a abertura à intervenção do público. -----

----- Iniciou o **cidadão Miguel Lopes**, que consentiu a divulgação dos seus dados pessoais e que mencionou levar alguns assuntos para apresentar. Iniciou com a leitura de breve texto de “José Ló” onde solicitou uma reflexão sobre esse tema tão presente nos últimos tempos na cidade de Braga, o ambiente, por parte de todos os envolvidos. De seguida, pediu esclarecimentos sobre a discussão pública do “Regulamento do arvoredo”, afirmando ter ficado com muitas dúvidas em vez de certezas, sobre a eficácia desse documento. “Qual a entidade

que vai monitorizar a sua execução, fiscalizar, fazer a execução das infrações ao regulamento penalizando os infratores?” foram algumas das questões. De seguida, indicou que “pouco se falava nos tipos de solos” existentes na cidade, afirmando que o importava era “plantar, plantar e plantar”, onde referiu que em diversas ações onde teria estado presente “fora de Braga”, esta teria sido uma das preocupações das entidades promotoras. Relativamente ao tema “Jardim Brasil assim é chamando pela divisão do ambiente da câmara municipal”, referiu que, no seu conhecimento o nome da toponímia (alteração ou designação), deveriam ir como proposta a reunião de executivo para “aprovação de todos os autarcas”. Referiu que, “esperava” que as árvores oferecidas “pelo cidadão Brasileiro, fossem adaptadas ao solo bracarense”, assim como, os terrenos tivessem sido devidamente estudados, para as árvores oferecidas, “não se tornem num problema, que sejam espécies que não tenham efeito invasor/infestante”. Referiu ainda que, caso essas espécies tivessem “vindo do Brasil”, seria prudente salvaguardar que fossem cumpridas as regras fitossanitárias exigidas pela Comunidade Europeia, pra evitar “importações sem rei nem roque”, como já teria acontecido com importações feitas por empresas do ramo florestal. Outro dos temas foi “a criação dos espaços dos gatos”, situados na Avenida Central e que teriam substituídos dois lagos lá existentes, onde indicou ter abordado na altura o Vereador do Ambiente, Altino Bessa, afirmando que este lhe tinha transmitido que a escolha das “espécies lá plantadas” não teria passado pela divisão do ambiente. Afirmou ainda, que noventa por cento das espécies não teriam resistido “ao inverno rigoroso” e que várias teriam sido as intervenções naqueles espaços até terem acertado com “alguns gatos que aguentassem o frio e as geadas”. ----

-----

-----

----- Não havendo nada mais a tratar, o **Presidente da Câmara** deu por terminada a reunião. -----

-----

**ENCERRAMENTO:** às 11h00 e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Anabela Vieira Ferreira, da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. -----

-----